Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7579/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/24203/2016
PROTOCOLO	: 1727235
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAL MOREIRA
RESPONSÁVEL	: EDSON LUIZ DE DAVID
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA
ASSUNTO	: RELATÓRIO DE AUDITORIA N. 40/2016
PERÍODO EXAMINADO	: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

MULTA REGIMENTAL. REDUÇÃO CONCEDIDA PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. QUITAÇÃO. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada no Fundo Municipal de Saúde de Aral Moreira, conforme Relatório de Auditoria n. 40/2016, para examinar o período de janeiro a dezembro de 2015, sob a gestão do Sr. Edson Luiz de David, prefeito à época.

A presente auditoria foi julgada na 3ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida no dia 7 de março de 2018, conforme o Acórdão AC00-1766/2018 (peça 9), que declarou irregulares os atos praticados pelo ex-prefeito, Sr. Edson Luiz de David, na gestão do Fundo Municipal de Saúde de Aral Moreira, durante o exercício financeiro de 2015, bem como o apenou com multa regimental, em razão das irregularidades detectadas no órgão.

Devidamente intimado, na forma regimental, por intermédio da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS n. 1809, edição do dia 5 de julho de 2018, e pelo Termo de Intimação INT-Cartorio-20169/2018, o ex-prefeito de Aral Moreira, Sr. Edson Luiz de David, compareceu aos autos, recolhendo ao FUNTC a sanção pecuniária que lhe fora imposta, com redução de 90%, em razão da adesão ao desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.454/2019, consoante Certidão de Quitação de Multa fornecida pelo e-Siscob (peça 22).

DA DECISÃO

Analisando os autos, verifica-se que a Gerência de Controle Institucional, Termo de Certidão CER-GCI-10010/2020 (peça 23), certificou que a multa aplicada ao Sr. Edson Luiz de David, por meio do Acórdão AC00-1766/2018, foi objeto de adesão à redução concedida pela Lei Estadual n. 5.454/2019 e está devidamente quitada.

Dessa forma, com fulcro no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, **DECIDO** pela extinção e posterior arquivamento deste feito.

À Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 18 de agosto de 2020.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

rcc